

Termo de Referência 124/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
124/2024	102316-ESP-UNESP-FACUL.CIEN.HUMANAS E SOCIAIS-FRANCA	LIVIA CARLA PEREZ	29/10/2024 16:06 (v2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		913/2024

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de Mobiliário Geral para utilização na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Unesp Campus de Franca, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE D E MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	614345	Armário vestiário, 8 portas Armário vestiário, confeccionado em aço chapa 26, acabamento com pintura eletrostática com tinta pó; medindo 1,97m x 1,22m x 0,40m, com 8 vãos sobrepostos de 2 em 2; portas médias com fechadura, tranca e chave; com veneziana para ventilação; com cabides internos em forma de gancho; na cor cinza. Garantia de no Mínimo 12 Meses. 	Unidade	1	R\$ 1.530,00	R\$1.530,00

2	469914	Armário vestiário, 6 portas Armário vestiário, confeccionado em aço chapa 26, acabamento com pintura eletrostática com tinta pó; medindo 1,97m x 0,93m x 0,40m, com 6 vãos sobrepostos de 2 em 2; portas médias com fechadura, tranca e chave; com veneziana para ventilação; com cabides internos em forma de gancho; na cor cinza. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado. 	Unidade	3	R\$ 1.320,00	R\$3.960,
3	446445	Armário vestiário, 2 portas Armário vestiário, confeccionado em aço chapa 26, acabamento com pintura eletrostática com tinta pó; medindo 1,97m x 0,32m x 0,40m, com 2 vãos sobrepostos; portas médias com fechadura, tranca e chave; com veneziana para ventilação; com cabides internos em forma de gancho; na cor cinza. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado. 	Unidade	1	R\$ 1.185,00	R\$1.185,
		Armário vestiário, 20 portas				

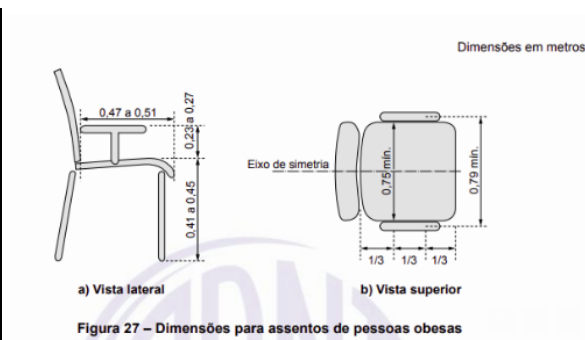
4	429354	Armário vestiário, confeccionado em aço chapa 26, acabamento com pintura eletrostática com tinta pó; medindo aproximadamente 1,90m x 1,23m x 0,40m, com 20 vãos sobrepostos, 20 portas com fechadura, tranca e chave; com veneziana para ventilação, na cor cinza. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado. 	Unidade	1	R\$ 2.071,00	R\$2.071,00
	460542	Cadeira Giratória, concha dupla, encosto em Tecido tipo Tela Cadeira Giratória; Concha Dupla; com Encosto e Assento Confeccionados em Polipropileno; Revestidos em Couro Sintético para o Assento e Encosto em Tecido Tipo Tela; com Apoio Lombar Fixo; Na Cor Preta; Acabamento do Assento em Borda Frontal Curvada; Estofamento em Espuma de Poliuretano de no Mínimo 50mm de Espessura, apresentando densidade de 50 Kg/m3 para o Assento; Espaldar médio; Com Encosto Medindo no Mínimo (430 Larg. X 490 Alt.) mm; e Assento Medindo no Mínimo (460 Larg. x 480 Prof.)mm; Braço em T, Corpo Injetado em Material Termoplástico c/alma de Aço e Apoio em Poliuretano; Com Regulagem de Altura e abertura por acionamento através de botão; Encosto Ajuste de Altura, sistema Sincronizado 2:1 e Travamento e Liberação Mecanismo Tipo Antipânico; e Regulagem Pneumática de Altura do Assento; Tubo Central em Aço - Classe 4 - Curso 100mm; Proteção em Capa Telescópica em Polipropileno Injetado; Base Formada por 05 Patas de Rodízios de Duplo Giro; Base em Aço; Com Pintura em Tinta Epoxi Po; Na Cor Preta; Fabricada de Acordo Com as Nbr/abnt 13962/06 e Nr-17. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado.	Unidade	1	R\$ 945,00	R\$ 945,00
		Estante Prateleira em Aço Reforçado Especificação Técnica: Prateleira estante em aço reforçado com capacidade entre 1.600kg a 2.000kg; Capacidade por nível de 400kg a 500kg; dividida em 4 níveis (Prateleiras); Cada altura de nível deverá ser ajustada em no mínimo 10cm; e dimensões				

	469849	aproximadas de: 200cm de altura, 200cm de comprimento e 60cm de profundidade; Fechamento modular em aço reforçado; Estrutura toda em aço incluindo suas divisórias e tampos; Montagem simplificada sem utilização de parafusos; Pintura Galvanizado. Garantia de no mínimo 12 meses. O material deverá ser entregue montado.  Imagem ilustrativa - poderá ser similar.	Unidade	3	R\$ 4.748,00	14.244,0
5	462265	Cadeira tipo longarina de 4 lugares Cadeira tipo longarina, 04 lugares, medidas aproximadas: altura total 81 cm, profundidade do assento 47 cm, largura do assento 50 cm, altura do apoio de braço 20 cm, largura do apoio de braço 3,5 cm, comprimento do apoio de braço 33 cm, altura do assento ao solo 39 cm; Encosto com inclinação de 14 graus; Assento com inclinação de 8 graus; Largura do pé de 56 cm; Altura dos pés 26 cm; Largura total de 230 cm; Profundidade total 68 cm. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado. 	unidade	2	R\$ 1.460,00	R\$2.920,
		Carro de transporte em aço inox Carro de Transporte em Aço Inox; tipo: Carrinho de Serviços, Multiuso; Modelo Aberto com 2 Planos Paralelos, com Bordas Dobradas, Seção Circular de Diâmetro 20 Mm, Com 2 Alca Pegador; Medindo 800 Mm X 600 Mm X 800 Mm (C X L X A); com capacidade de carga de no mínimo 100 Kg; com Rodízios Giratórios 120 Mm, sendo duas rodinhas com trava, total de 4 Rodízios Giratórios. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado.				

6	339886		unidade	1	R\$ 1.560,00	R\$1.560,
7	482636	Cadeira Alimentação Infantil Cadeira para alimentação infantil, com assento de plástico; pés de tubulação; suportando até 15 Kg; Bandeja e Sobrebandeja removível; com cinto de segurança de 5 pontos; com apoio para os pés (pedana); Com retentor entrepernas; apresentando assento anatômico, pés antiderrapantes; Dimensões aproximadas do produto: (lxaxp) 63cm x 84,5cm x 58cm; Na cor preta. Garantia de no mínimo 6 Meses. O material deverá ser entregue montado.	unidade	4	R\$331,00	R\$1.324,
		Conjunto refeitório com assentos e lugar vago (para cadeirante) - MESA COM CADEIRAS ACOPLADAS PARA REFEITÓRIO Mesa com 3 cadeiras acopladas e um lugar vago (destinado a cadeirante), uso em refeitório, composto por: Tampo confeccionado em madeira prensada de MDP (medium density particleboard) com ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão com textura tátil de efeito FOSCO e com proteção antibacteriana; Tampo com espessura de 25 mm e cantos arredondados de NO MINIMO raio 40mm, com bordas em perfil termoplástico plano colado por sistema "hot-melt", no mesmo padrão do tampo, com espessura mínima de 2,5mm. Estrutura monobloco em aço carbono, construída por meio de tubo 50,8 mm de diâmetro com espessura de 1,5 mm em toda sua estrutura sendo que os pés serão como apoio para a estrutura do assento, e nesta coluna está uma chapa com 1,50 mm de espessura quadrada com 4 (quatro) furos para que o assento seja apoiado para o aparafusamento, e tubo quadrado 25 x 25mm sob o tampo. Estrutura do assento confeccionado em tubo de 22,22 mm de diâmetro com formato de "U" invertido para o encosto e 15,875 mm de diâmetro para o aro do assento, ferro chato e chapa 12 (2,65mm) com formato de um quadrado com 4 furos. Acabamento superficial dos componentes metálicos com resistência à corrosão em superfícies. O revestimento é por meio de pintura epóxi, com partículas de pó aderidas formando uma				

8	615523	película plástica uniforme com espessura mínima de 40 microns e aderência x0/y0 com tempo de cura de 10 a 30 minutos e temperatura entre 180°C a 220°C., A estrutura deve-se dispor de uma ponteira de sapata regulável para desnível do piso. Assento em polipropileno com montagem feita na estrutura por encaixe sob pressão com ótimo acabamento, e diâmetro de 375 mm (+/- 5 mm) externo. A fita de bordo deve ser aplicada exclusivamente pelo processo de colagem “hot melting”, devendo receber acabamento fresado após a colagem, configurando arredondamento dos bordos com raio mínimo de 2,5 mm. Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro da união. Devem ser eliminados respingos e irregularidades de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Garantia de no Mínimo 12 Meses. TAMPO: Comprimento – 1200 mm Largura- 800 mm Altura - 750 mm Modelo utilizado, manter o padrão. Cor do tampo cinza, cor do assento branco, cor de encosto e pés cinza. Confirmar tonalidade em conformidade com os móveis já existentes no Restaurante Universitário. O material deverá ser entregue montado. 	unidade	2	R\$ 2.300,00	R\$4.600,
		Conjunto refeitório com assentos especiais para OBESOS - MESA COM CADEIRAS ACOPLADAS PARA REFEITÓRIO Especificação Técnica: Conjunto refeitório com assentos especiais para obesos, sendo mesa com 2 cadeiras acopladas super resistentes (para obesos) sendo uma de cada lado, uso em refeitório, composto por: Tampo confeccionado em madeira prensada de MDP (medium density particleboard) com ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão com textura tátil de efeito FOSCO e com proteção antibacteriana. Tampo com espessura de 25 mm e cantos arredondados de NO MINIMO raio				

		40mm, com bordos em perfil termoplástico plano colado por sistema "hot-melt", no mesmo padrão do tampo, com espessura mínima de 2,5mm. Estrutura monobloco em aço carbono, construída por meio de tubo em toda sua estrutura sendo que os pés serão como apoio para a estrutura do assento, e nesta coluna está uma chapa com 4 (quatro) furos para que o assento seja apoiado para o aparafusamento, e tubo quadrado sob o tampo. Estrutura do assento confeccionado em tubo com formato de “U” invertido para o encosto , Acabamento superficial dos componentes metálicos com resistência à corrosão em superfícies. O revestimento é por meio de pintura epóxi, com partículas de pó aderidas formando uma película plástica uniforme com espessura mínima de 40 microns e aderência x0/y0 com tempo de cura de 10 a 30 minutos e temperatura entre 180°C a 220°C., A estrutura deve-se dispor de uma ponteira de sapata regulável para desnível do piso. Assento em polipropileno com montagem feita na estrutura por encaixe sob pressão com ótimo acabamento. A fita de bordo deve ser aplicada exclusivamente pelo processo de colagem “hot melting”, devendo receber acabamento fresado após a colagem, configurando arredondamento dos bordos com raio mínimo de 2,5 mm. Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todos os encontros de tubos devem receber solda em todo o perímetro da união. Devem ser eliminados respingos e irregularidades de solda, rebarbas e arredondados os cantos agudos. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. Garantia de no Mínimo 12 Meses. O material deverá ser entregue montado. TAMPO (MEDIDAS MÍNIMAS): Comprimento – 1200 mm Largura- 800 mm Altura - 750 mm				
9	615523	Informações Adicionais: AS MEDIDAS DO MOBILIÁRIO DEVERÃO ATENDER A NORMA NBR 9050:2020 E ASSIM APRESENTAR DIMENSÕES E RESISTÊNCIA NECESSÁRIAS AO USO POR OBESOS. ATENTAR ESPECIALMENTE A ORIENTAÇÃO DA NBR 9050:2020 NO TOCANTE A ALTURA, PROFUNDIDADE, LARGURA E ÂNGULO, ALÉM DE RESISTÊNCIA A CARGA DE 250 KG.	unidade	2	R\$ 2.800,00	R\$5.600,



Modelo padrão sugerido da unidade.



Mesa de plástico, quadrada

Mesa de plásticos reforçado, mesa quadrada, empilhável, fabricada em polipropileno virgem de alta resistência, suportando até 140 kg, com proteção UV, conjunto monobloco, na cor branca, medida da mesa: 70 x 70 x 70 cm,; Deverá possuir certificação do INMETRO, conforme NBR14776: 2013; Garantia de no mínimo 6 meses.



Cadeira plástica sem braço

Cadeira plástica sem braço, tipo monobloco, empilhável, fabricada em polipropileno virgem de alta resistência, tratada com resina anti-uv, dimensões aproximadas: largura 430mm x profundidade 510mm x altura 900mm, espessura mínima 3mm, variação de 10% para mais e 5% para menos, suportando até 140kg; na cor branca; moldada na própria peça, possuir selo de conformidade do inmetro (portaria inmetro n213/2007) abnt/nbr m14.776/2001; Garantia de no mínimo 6 meses.

10

354608

unidade

5

R\$70,00

R\$350,00

11

377888

unidade

20

R\$60,00

R\$1.200,00

						
12	453664	Conjunto de Mesa retangular e cadeiras Infantil Mesa confeccionada com pés em tubo de aço carbono secção redondo 2", suporte de fixação do tampo em tubo secção retangular (40mmx20mm). Sistema de soldagem MIG, livre de respingos, superfície lisa e homogênea, nenhum elemento estrutural de fixação em contato com o usuário, sem rebarbas ou partes cortantes. Tratamento antiferrugem e acabamento em pintura de pulverização eletrostática a pó. Ponteiros nos pés da mesa altas. Tampo produzidos em MDF (18mm) de espessura, cantos arredondados, material estável e resistente, com acabamento de laminado melamínico de alta pressão brilhante. Borda com acabamento com fita de bordo de PVC 2mm. Cadeiras confeccionada em material de tubo de aço carbono com seção redonda de 3/4". Sistema de Soldagem MIG, proporcionando uma superfície lisa e homogênea, sem respingos, rebarbas ou partes cortantes, assegurando segurança total para o usuário. Tratamento antiferrugem com pintura de pulverização eletrostática a pó. Ponteiros nos pés da cadeira altas. Assento e encosto com design anatômico e ergonômico, fabricados em polipropileno para fácil higienização. Com apoios laterais para os braços. Sendo conjunto de mesa com 6 cadeiras, nas medidas Conjunto 1: 4 mesas medindo aproximadamente 120 (L) x 58 (A) x 80 (P) cm e 24 cadeiras medindo aproximadamente: 31 (L) X 63 (A) X 40 (P) - Assento com 32 cm de altura. Sortidas nas cores amarelo, azul, verde e vermelho. Conjunto 2: 3 mesas medindo aproximadamente 120 (L) x 44 (A) x 80 (P) cm e 18 cadeiras medindo aproximadamente: 31 (L) X 44 (A) X 40 (P) - Assento com 23 cm de altura. Sortidas nas cores amarelo, azul, verde e vermelho. Garantia de no mínimo 12 meses. Montagem inclusa	Conjunto	7	R\$ 1.420,00	R\$9.940,
13	291492	Conjunto de mesa para copa, com 6 cadeiras Conjunto de Mesa para Copa/Cozinha e cadeiras (seis cadeiras; na cor branca; Tubo de Aço, Forma Mesa: Retangular, na medida de 1,40m comprimento x 0,75 - 0,85m largura e altura Mesa:	unidade	10	R\$1.150,00	R\$11.500

		entre 0,75 - 0,78; Tampo de Granito Cinza; Material da cadeira: Tubo Aço; Assento: Estofado escuro, Cor Cadeira (estrutura): Branca. Garantia de no mínimo 12 meses. O material deverá ser entregue montado.				
14	485891	Banco para jardim em madeira 1,40 comprimento Banco para jardim, com assento em madeira (Grapeira), certificada, com selo FSC (Forest Stewardship Council), com acabamento em verniz natural, estrutura em aço, com pintura em poliéster microtexturizada, na cor grafite, sem encosto. Banco retangular, com 0,75 m de altura, 0,52 m de largura e 1,40 metros de comprimento. Garantia mínima de 12 meses. O material deverá ser entregue montado. 	Unidade	06	R\$3.170,00	R\$19.020
15	485891	Banco para jardim em madeira 1,90 comprimento - Banco para jardim, com assento em madeira (Grapeira), certificada, com selo FSC (Forest Stewardship Council), com acabamento em verniz natural, estrutura em aço, com pintura em poliéster microtexturizada, na cor grafite, sem encosto. Banco retangular, com 0,75 m de altura, 0,52 m de largura e 1,90 metros de comprimento. Garantia mínima de 12 meses. O material deverá ser entregue montado. 	Unidade	12	R\$ 3.530,00	R\$42.360

16	606301	Mesa de Higienização Mesa de Higienização; Para utilização de 01 operador por vez; possuindo filtro em material sintético (poliéster), com estrutura em aço inoxidável, lavável, de fácil remoção para limpeza periódica; Exaustor centrífugo, fabricado em PVC rígido, com rotor em fibra de vidro acoplado ao motor; Possuir grelhas em PVC com estrutura de alumínio para garantir maior desempenho dos filtros; Tampa basculante em acrílico fixada com dobradiças de latão cromado; Estrutura e tampo constituídos em madeira laminada, imunizada, sendo a estrutura com revestimento interno e externo em laminado melamínico texturizado e o tampo em laminado postforming texturizado; Com interruptor liga / desliga na parte frontal da barra de proteção visual; Pannel com lâmpada piloto e chave para liga; Dimensões externas aproximadas: 76cm x 74cm x 155cm; Área de Trabalho superior aproximada: 73cm x 72cm; Voltagem:110v; Potência da Lâmpada: 20W; Potência do Exaustor: 50W. Garantia mínima de 24 meses. Item: Mesa de Higienização  Imagem ilustrativa	Unidade	01	R\$14.600,00	R\$
----	--------	---	---------	----	--------------	-----

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual no 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) aprovação da proposta, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Critérios de sustentabilidade já estão descritos na especificação de cada item.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não há indicação de marcas.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há vedação de utilização de marca/produto na execução da presente contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não haverá a exigência de apresentação de carta de solidariedade para a presente contratação.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 para a presente contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. Os itens deverão respeitar as especificações contidas na Definição do Objeto deste Termo de referência.

5.2. O fornecimento do objeto será integral - por item.

5.3. O prazo de entrega dos bens é de 40 (quarenta) dias corridos, contados da emissão do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Recebimento

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até (10) dias corridos a contar da conclusão da entrega do objeto, ou da parcela estabelecida no item 5.2 deste Termo de Referência, e da apresentação da respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

5.10. prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Local e horário da entrega dos materiais

5.12. Os materiais devem ser entregues na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp Câmpus de Franca, sito à Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900 - Prolongamento Jardim Dr. Antonio Petraglia, Franca/SP, CEP: 14409-160, em dias úteis, no horário das 08h30 às 16h00.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.13. O prazo de garantia contratual está detalhado em na descrição do objeto de cada item.

5.13.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.14. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.15. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.16. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.17. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.18. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até (10) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.19. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.20. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.21. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.22. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.23. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, III).

6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.15. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas

em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei no 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.11.1. o prazo de validade;
- 7.11.2. a data da emissão;
- 7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.11.5. o valor a pagar; e
- 7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como

incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.21.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

8.2. O fornecimento do objeto será integral (por item).

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea ‘d’ do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.15. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.17. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público.

8.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.23. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.25. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.26. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.29. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;

8.30. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.30.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 138.909,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 138.909,00 (Cento e trinta e oito mil, novecentos e nove reais), conforme custos unitários apostos no subitem 1.1. deste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Tesouro do Estado e Recursos de Receita própria da Unidade da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp Campus de Franca, funcional programática 12.364.4807.5304 "Ensino de Graduação nas Universidades Estaduais"; 12.392.4807.5306.098 "Extensão Universitária - Pdi; 12.364.4807.5304.251 "Ensino De Graduação Nas Universidades Estaduais/Sans, e classificações econômicas 4.4.90.52.32 - Mobiliário em geral; 3.3.90.30.90 - Outros materiais de consumo.

10.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: para itens 8 e 9

ORLINEYA MACIEL GUIMARAES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/10/2024 às 15:38:32.

GILVAN MENDES DE SOUZA

Supervisor



Assinou eletronicamente em 29/10/2024 às 15:55:52.

ALINE CRISTINA TELES

Diretor Técnico de Serviços

ANA RITA MELO OLIVEIRA NOBRE

nutricionista



Assinou eletronicamente em 29/10/2024 às 16:06:16.

ANDREIA BEATRIZ PEREIRA

Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação



Assinou eletronicamente em 29/10/2024 às 15:35:07.

GIBSON CAETANO PADUA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/10/2024 às 15:44:17.

LEANDRO CARLONI

Supervisor Centro de Convivência Infantil



Assinou eletronicamente em 29/10/2024 às 15:52:43.

MARCIA PEREIRA DA SILVA

Coordenador Cedaph

MARCIO AUGUSTO GARCIA

Vice-Diretoria